

Depois da tempestade, vem a bonança?

Algumas notas sobre a conjuntura política e eleitoral de 2022

Carlos Zacarias de Sena Júnior*

A poucos meses das eleições de 2022, algumas questões surgem e outras parecem se reavivar sem que respostas fáceis possam ser oferecidas. Em anos intensos no qual fomos desafiados a enfrentar um antagonista pouco conhecido da maioria dos brasileiros, faz-se necessário especular sobre cenários e possibilidades, ante os indispensáveis balanços sobre os processos que, mesmo em curso, impõem conclusões parciais sobre o que nos trouxe até 2022.

Sobre os cenários, em que pese as ameaças que pairam sobre as eleições em virtude dos discursos e de toda a movimentação feita por Bolsonaro e de seus aliados com claras intenções de tumultuar o processo eleitoral, o que parece ser mais importante, no momento, talvez diga respeito à possibilidade, acalentada por muitos, de reedição da experiência lulista no governo. Após um conjunto de derrotas que atingiu o Partido dos Trabalhadores (PT) nos últimos anos e que repercutiu em toda a esquerda, o reingresso de Lula no cenário político-eleitoral não pode ser apontado como coisa menor.

O incontornável da expectativa em torno das chances reais de derrotar Bolsonaro nas urnas, visto que Lula está à frente em todas as pesquisas, coloca questões de ordem prática. No terreno das possibilidades, tais questões dizem respeito às chances de vitória, aos riscos de haver um golpe patrocinado por Bolsonaro com apoio das suas milícias e das Forças Armadas e, por último, do país que Lula vai encontrar se vier a governar novamente.

Frente a essas questões, algumas perguntas devem ser feitas, de modo a ajudar a analisar os cenários e as perspectivas: qual o país de 2022 em que se dará o embate entre Lula e Bolsonaro? Qual a atual correlação de forças atual no país? Quais os principais agentes políticos e como eles se expressam na conjuntura? Haverá chances de Bolsonaro dar um golpe de Estado? Com quais segmentos pode contar na eventualidade de tentar dar um golpe? Quais as chances de o candidato da extrema-direita superar Lula e vencer as eleições? O que significa, para a esquerda e a centro-esquerda, a conformação de uma frente ampla que inclui Geraldo Alckmin na chapa petista e de que modo essa composição ajuda ou atrapalha na eleição e depois dela? Qual o papel das demais esquerdas não petistas e qual a aposta que fazem nessas eleições? Quais as perspectivas para o Brasil frente às eleições de 2022?

* Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pesquisador do Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades (CRH) da FFFCH-UFBA. Coordenador do Politiza: Grupo de Pesquisa História Política, dos Partidos e Movimentos Contemporâneos de Esquerda e Direita. Autor de Onde nascem os monstros: extrema direita, bolsonarismo e performance fascista (Quarteto, 2018).

Antes que sejamos capazes de pensar cenários e projetar perspectivas, é preciso proceder a um breve balanço do que nos trouxe até aqui. Nessa altura, parece haver um razoável consenso na literatura produzida até o momento de que o ponto de inflexão da conjuntura são as Jornadas de Junho de 2013. Sem que seja possível ou mesmo necessário, nos limites desse texto, tecer maiores considerações sobre o importante acontecimento que tem sido objeto de inúmeras análises que o apontam como momento fundamental de crise profunda ou mesmo implosão da concertação governamental conhecida como presidencialismo de coalizão no período da Nova República, é importante traçar uma linha de interpretação que liga o atual momento aos desdobramentos das Jornadas de Junho.

Mesmo que não se diga que a explosão social ocorrida há quase dez anos deva ser condenada, porque de alguma forma ela também contribuiu para a *debacle* da experiência petista no governo, já que em algum ponto os manifestantes se assumiram contra o sistema e “tudo aquilo que aí está”, abrindo as portas para a ascensão da extrema-direita profascista, não se pode menosprezar que as motivações iniciais das manifestações estavam nos marcos do progressismo e dentro dos limites do protagonismo dos grupos de esquerda, muitos dos quais em processo de ruptura com o PT e em busca de alternativas partidárias ou autonomistas.

Como um dos saldos das Jornadas de Junho, um processo lento e decisivo de transformações reconfigurou o cenário político, redimensionando a correlação de forças até então existentes, com a perda do quase exclusivismo das esquerdas e dos movimentos sociais no espaço das ruas. No campo político, o surgimento de grupos de uma extrema-direita com influência de massas, como o Movimento Brasil Livre (MBL) e o “Vem pra Rua”, que tiveram papel decisivo no movimento desencadeado a partir de 2015 em torno da bandeira do *impeachment* de Dilma Rousseff, firmam parâmetros para a secundarização das direitas tradicionais e de seus partidos, que perderam o posto de principais antagonistas dos governos petistas, abrindo caminho para a emergência da extrema-direita e seus novos personagens.

Tomando-se cuidado para não estabelecer causalidades que se reportam às Jornadas de Junho de 2013 e chegam à eleição de Bolsonaro, é impossível ignorar que a vitória eleitoral da extrema-direita, em 2018, se deu nos marcos de uma derrota nas ruas e em diversos outros espaços, inclusive os institucionais, considerando-se a perda de apoio no Congresso e as derrotas no plano jurídico, sobretudo no Supremo Tribunal Federal (STF), que atingiram o PT. Neste terreno, as infrações cometidas em nome do combate à corrupção pela equipe de procuradores do Ministério Público Federal (MPF) de Curitiba, consorciados ao juiz Sergio Moro, no bojo da operação Lava Jato, impulsionadas pela cumplicidade da mídia tradicional e também chanceladas pelas altas esferas do poder judiciário, determinaram importantes derrotas para a esquerda. Como destaque, a prisão de Lula, tornado inelegível quando liderava as pesquisas para as eleições de 2018, contribuíram para as imensas dificuldades de a esquerda permanecer eleitoralmente viável, algo que contribuiu decisivamente para a vitória de Bolsonaro.

Bolsonaro venceu as eleições com dez milhões de votos a mais do que seu adversário Fernando Haddad (PT) no segundo tudo das eleições mais improváveis da história do Brasil. Ex-capitão de exército, reformado precocemente em função dos seus atos de insubordinação; ex-deputado com sete mandatos consecutivos, tendo passado por diversos partidos e orgulhoso do seu lugar no baixo-clero da Câmara de Deputados,

onde passou 28 anos sem liderar nenhuma causa importante e ter nenhuma relevância, Bolsonaro não parecia demonstrar as mínimas credenciais para conduzir o país frente aos imensos desafios que estavam colocados até que achou uma legenda que abrigasse seu projeto, o minúsculo Partido Social Liberal (PSL). Não obstante, diante da imensa onda de antipetismo e de antipolítica, e com a direita tradicional abatida depois de embarcar na aventura golpista de 2016 e sustentar o governo de Michel Temer, um dos mais impopulares da história do Brasil, quase 58 milhões de brasileiros confiaram ao ex-capitão e ex-deputado o comando da nação.

Com efeito, a ascensão de Bolsonaro não se deu no vazio e nem em suspensão política diante dos interesses das classes que formaram coalizões, lideradas pelo PT, em nome de estratégias de conciliação que pressupunham que todos ganhavam enquanto a economia pudesse crescer. Quando a crise se abateu sobre o Brasil em 2014, o PT foi instado a fazer escolhas, optando pela austeridade e por uma guinada em suas políticas anticíclicas frente à crise. Tal reposicionamento terminou provocando o isolamento da presidente Dilma Rousseff quando a coalizão que lhe sustentava implodiu. Nos marcos da intensificação da presença de massas nas ruas, acaudilhadas pela extrema-direita, impulsionadas por intensa propaganda das corporações de mídia, o PT se viu acuado e na impossibilidade de contrapor na mesma dimensão o crescente movimento de descontentamento, terminou por sucumbir.

A ascensão de Bolsonaro se dá, portanto, em meio à uma intensa crise de representatividade e da hegemonia estabelecida, um momento em que, como disse Gramsci, o velho já havia morrido, mas o novo ainda não tinha podido nascer, um espaço justo para que eclodissem a figura grotesca de Bolsonaro e seus aliados.

Bolsonaro venceu as eleições de 2018 com relativa folga, apesar de tê-la logrado no segundo turno, o que deu uma demonstração que apesar das derrotas pontuais, a esquerda e os movimentos dos oprimidos, não havia sido inteiramente abatido. Resalte-se a importância do movimento de mulheres e do feminismo que liderou a mais importante manifestação contra Bolsonaro em 2018, conhecida como #EleNão. Em que pese que as milícias digitais e as *fake news* espalhadas tenham dado o tom do que sucedeu no Brasil depois que milhões de pessoas saíram às ruas gritando contra Bolsonaro e o fascismo, a chama da resistência deu mostras de que continuava acesa e que devia ser alimentada para enfrentar os tempos sombrios que estavam por vir.

Bolsonaro tornou-se presidente sabendo, apesar de tudo, que não teria vida fácil, tanto que seu discurso de posse foi marcado pela nova declaração de guerra à esquerda, sempre tomada como um espantalho e não em sua dimensão real, uma característica própria da retórica de ódio do bolsonarismo e uma demonstração de evidente despreparo, mas não apenas isso. Sob o signo de um afeto político que emergiu nos últimos anos sintetizado na figura do ex-capitão, a parte do país que não aceitava as políticas públicas voltadas para os mais pobres e que se encontrava ressentida pela ascensão de mulheres, as cotas para negros e negras e a visibilidade do segmento LGBTQIA+, encontrou um representante na medida dos seus interesses.

Com efeito, Bolsonaro, que combinava teses conspiracionistas tomadas pelo suposto filósofo Olavo de Carvalho, com a soberba de quem parecia estar tomado pelo efeito Dunning-Kruger, a chamada síndrome do idiota confiante, precisou estabelecer

o novo governo ante um país em franco processo de desagregação, com miséria crescente, altas taxas de desemprego, PIB irrisório, instituições vacilantes, ódio político em altos níveis e tecido social em acelerada decomposição.

Na formação do ministério, Bolsonaro apostou em conhecidas estrelas das elites orgânicas do país e dos setores médios, como os chamados de super-ministros Paulo Guedes e Sergio Moro, que funcionaram como espécies de fiadores ante o mercado, a classe média e a mídia corporativa. Considerando-se o grau de despreparo e improviso representado pela eleição improvável, Bolsonaro precisou nomear para o ministério políticos de pouca expressão e de trajetórias controversas, subcelebridades e personagens sem nenhuma experiência política, além de diversos militares, numa demonstração de que pretendia se precaver diante de um possível desastre.

Os generais que estiveram no governo desde o primeiro momento, alguns dos quais saíram ou foram afastados, e outros que se incorporaram no caminho, conformaram uma espécie de tutela política e reserva de força na eventualidade de as coisas fugirem do controle, tornando-se essenciais ao bolsonarismo ao longo desses anos de governo e convertendo-se em cogestores da empresa fisiológico-autoritária que foi se desenhando.

Se governar o Brasil nas condições encontradas em 2019 não parecia ser coisa fácil, muito menos para um principiante inábil como Bolsonaro, enfrentar uma pandemia por mais de dois certamente representaria um verdadeiro desastre. Todavia, apesar das dificuldades criadas, uma pandemia poderia ser uma chance para que o presidente unificasse o país em torno de si, como haviam feito muitos líderes nacionais, que enfrentaram a crise sanitária mundial encarnando as vestes de generais que combatiam uma guerra contra um inimigo invisível. Bolsonaro, ao contrário, que vivia escorado nas teses estapafúrdias do guru Olavo de Carvalho, optou por negar a doença, minimizar seus efeitos e confrontar qualquer discurso racional que tivesse produzido consenso mínimos em diversos países do mundo. O resultado foi desastroso.

Passado um primeiro ano pré-pandemia sem nenhuma realização importante, crescimento ínfimo do PIB (1,1% em 2019), e diversas polêmicas absurdas em torno do combate ao comunismo, o início do governo foi marcado por ataques à imprensa e aos adversários e a negligência frente ao desmatamento e aos incêndios registrados na Amazônia e no Pantanal. Distribuindo um cartão de visitas cunhado em torno do discurso de ódio e pela investidura de ministros adversários de causas abrigadas nas pastas, como Ricardo Salles no Meio Ambiente, Ricardo Vélez Rodríguez e depois Abraham Weintraub na Educação e Damares Alves no Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, o governo Bolsonaro não parecia ser alvissareiro nem numa conjuntura mundial que ensinasse saúde e paz.

Com o advento da pandemia, portanto, o que Bolsonaro estabeleceu foi uma gestão logo revelada em sua dimensão mais perversa, nefasta, insidiosa e incompetente. Com a declaração, pela Organização Mundial da Saúde (OMS), da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional pelo surto do Novo Coronavírus, em janeiro de 2020, os governos dos diversos países foram orientados a estabelecerem medidas com vistas a impedir a propagação do vírus causador da Covid-19, uma doença de alto contágio e que podia levar milhões de pessoas, pelo mundo, à morte. Sem política pública consistente para lidar com o assunto, Bolsonaro demitiu seu ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta, tateando no escuro à procura de alguém que admitisse seus

absurdos, até encontrar no general Eduardo Pazuello um subordinado que a certa altura veio a público dizer que “uns mandam e outros obedecem”, deixando claro sua total submissão à Bolsonaro, o verdadeiro gestor da crise no Brasil.

Com a pandemia, Bolsonaro tornou-se um feroz adversário das medidas recomendadas pela OMS, adotadas, sobretudo, por estados e municípios, por decisão do STF, que apontou as responsabilidades compartilhadas pelos entes federativos e pelas prefeituras na gestão da crise sanitária no país. Descontente com tais políticas que dizia ameaçar destruir a economia, e apontando as “interferências” do STF que teriam roubado as prerrogativas do Executivo, Bolsonaro fez o que pode para impedir que governadores e prefeitos adotassem as medidas capazes de impedir a propagação acelerada do vírus, que poderia causar um colapso do sistema hospitalar, como o afastamento social, o confinamento (a recomendação para que as pessoas ficassem em casa, quando possível) e o uso das máscaras. Também passou a apontar os ministros do STF como seus inimigos, ativando milícias digitais e corpus de apoiadores, no parlamento e fora dele, que passaram a atacar alguns ministros publicamente, destilando um perigoso e explosivo discurso de ódio contra as instituições, algo pouco conhecido dos brasileiros.

No campo econômico, a inevitável retração do comércio mundial e também interno, que limitou as trocas a produtos hospitalares, alimentos e material de subsistência usado nas residências e em hospitais, a catástrofe se fez sentir entre os trabalhadores precarizados. Estes, já atingidos pela contrarreforma trabalhista do curto período de Michel Temer, tornaram-se ainda mais vulneráveis ao desemprego, diante do fechamento de parte da economia. Frente aos riscos de convulsão que certamente poderiam advir numa situação em que diversas pessoas iriam morrer pela doença e que milhões seriam atingidos pela fome, de fora do governo Bolsonaro, e com o apoio da oposição no Congresso, surgiram propostas que terminaram por definir um auxílio emergencial de 600 reais aos brasileiros em situação mais crítica, o que terminou por revelar uma imensa massa de invisíveis, pessoas que não apenas estavam fora do mercado de trabalho, mas que sofriam também a exclusão digital, muitas das quais sequer possuíam registro civil.

Ainda no que tange à gestão da pandemia no quesito saúde, adotando um estilo negacionista em relação ao que era recomendado pelos especialistas, Bolsonaro recusou as máscaras, apostou em remédios ineficazes, como a cloroquina, hidroxicloroquina e a ivermectina, e sabotou a compra da vacina, tão logo vários laboratórios conseguiram desenvolver e aprovar o imunizante em diversos países, algo que sucedeu em tempo recorde.

Em função da alta mortalidade representada pela Covid-19 no país, o governo Bolsonaro colheu desgastes. Isso porque o presidente fez chacota dos brasileiros que tinham adquirido a doença, que tinha a falta de ar como um dos sintomas, desdenhou da dor dos familiares dos mortos, fomentou à desconfiança diante dos registros de óbitos e de contaminação, estimulou apoiadores a invadir hospitais para verificar se havia doentes e ainda atrasou o processo de imunização dos brasileiros, tornando o país um dos mais atingidos pela pandemia do Novo Coronavírus, com quase 675 mil mortos oficialmente contabilizados (dados de meados de julho de 2022).

Para completar o descalabro, durante a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada no senado para investigar a gestão da pandemia da parte do governo brasileiro, foram descobertos esquemas de corrupção, com superfaturamento de vacinas

no interesses de personagens ligados ao governo, entre outras mazelas. Comandada pelos senadores Omar Aziz do Partido Social Democrático (PSD-AM), Randolfe Rodrigues da Rede Sustentabilidade (REDE-AP) e Renan Calheiros do Movimento Democrático Brasileiro (MDB-AL), que conseguiram transformar os trabalhos da CPI num importante foco de atenção dos brasileiros, apesar dos importantes resultados que produziu, o relatório da comissão repousaria, sem solução, nas mãos seguras de Augusto Aras, Procurador Geral da República (PGR), indicado por Bolsonaro fora da lista tríplice do MPF, que tem se mostrado incapaz de exercer a função fiscalizadora que cabe à PGR.

No curso ainda da pandemia, enquanto continuam morrendo mais de 200 brasileiros por dia, alguns dos quais se recusaram a tomar a vacina em função da campanha antivacina de Bolsonaro, o país se prepara para ir às urnas sob a ameaça de golpe. Com Lula inocentado nos processos movidos pela Operação Lava Jato e com a garantia da elegibilidade reestabelecida, o PT buscou formar alianças ainda mais amplas que aquelas que havia feito em períodos anteriores. Enquanto dialoga com o MDB, partido de Michel Temer que lançou a candidatura de Simone Tebet à presidência, o PT consolida sua aliança com Geraldo Alckmin, ex-governador de São Paulo e uma das lideranças mais importantes do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), tradicional adversário político do petismo.

Para conformar a aliança com Alckmin, que precisou migrar para o Partido Socialista Brasileiro (PSB), Lula insistiu por vários meses nessa inusitada chapa, enfrentando posições contrárias no interior do PT e também da parte de partidos que caminhavam para lhe oferecer apoio pela esquerda, como o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), que decidiu apoiar Lula desde o primeiro turno, numa decisão inédita para a legenda fundada em 2004.

Procurado ratificar suas sempre renovadas intenções de cumprir contratos firmados, e reafirmando seus compromissos com a responsabilidade fiscal, mesmo dizendo em discursos da importância de se resgatar a “responsabilidade social”, Lula acena para setores do mercado e das classes dominantes, tentando atrair aqueles que compuseram a coalizção desenvolvimentista que governou o Brasil na era do lulismo, conforme apontado por André Singer, apresentando-se como aquele que vai reconstruir o país.

Dada a imensa capacidade de composição demonstrada por Lula, e sua grande popularidade testada em anos de intensa campanha antipetista, e também pelo desastre que tem sido o governo Bolsonaro, entre outros motivos, as pesquisas eleitorais para o pleito de 2022, há cerca de um ano, vem confirmado a liderança de Lula, com Bolsonaro em segundo e Ciro Gomes do Partido Democrático Trabalhista (PDT) em terceiro, muito distante dos dois primeiros colocados (os demais candidatos oscilam entre 0% e 3%). Em alguns levantamentos o petista chega a vencer no primeiro turno e essa é a aposta de parte dos que estão envolvidos na campanha do petista, que acreditam que um golpe seria impedido ou, no mínimo dificultado, caso Lula vencesse no primeiro turno.

A estabilidade dos números, que tem oscilado pouco ao longo desses últimos 12 meses, pode estar provocando pesadelos na campanha de Bolsonaro. O atual presidente, que governou sempre como se não tivesse descido do palanque, conta com apoiadores resilientes, que oscilam em torno de 30% do eleitorado, apesar dos resultados catastróficos do seu governo em todas as áreas. Sem ser capaz de oferecer resultados

mínimos na economia, com a inflação persistente na casa dos dois dígitos, com 33 milhões de brasileiros que passam fome, com o desemprego em alta, com permanente ataque às instituições, aos órgãos do Estado e aos servidores públicos, diante do aumento das queimadas na Amazônia e uma desastrosa gestão da pandemia, além de escândalos de corrupção na Saúde e na Educação, onde pastores intermediavam verbas públicas com prefeituras em troca de propina, tudo com a aquiescência do então ministro Milton Ribeiro e do próprio Bolsonaro, os sonhos de reeleição vão ficando cada vez mais distantes. Frente a isso, o ex-capitão sentado na cadeira de presidente e que funciona como um agitador fascista, opta por seguir tensionando o país, apontando fraudes nas eleições, inclusive na que foi vencida por ele há quatro anos, que diz que ganhou no primeiro turno, e ameaçando o país de golpe. Mas seria possível haver golpe no Brasil em 2022?

Em 7 de setembro de 2021, Bolsonaro e os bolsonaristas, em litígio com o STF, mobilizaram imensa massa humana para que fossem às ruas atacar o Congresso, o STF e apoiar o presidente. É sabido que o chefe do Executivo vem cometendo inúmeros crimes de responsabilidade, mas em que pese que o Supremo venha sendo um importante anteparo constitucional contra suas frequentes investidas, cada vez mais violentas, a leniência da PGR e o fato de que boa parte do Congresso Nacional, sob a liderança de Arthur Lira do Progressista (PP-AL), um dos principais chefes do Centrão, inviabilizam uma ofensiva contra os desmandos e excessos do chefe do Poder Executivo.

A falta de habilidade política de Bolsonaro, que faz com que seu governo seja um desastre de proporções gigantescas, não implica que tenha perdido apoio em todos os setores da sociedade. Após colher desgastes importantes, com a crise que culminou na saída do ministro Sergio Moro, que acusou o presidente de tentar interferir na Polícia Federal (PF), entre outras questões, Bolsonaro foi se aproximando cada vez mais do setor do Congresso que representa parte daquilo contra o qual ele dizia pretender lutar. Ao longo de 28 anos, tendo passado por quase uma dezena de partidos, Bolsonaro tinha sido sempre um político desimportante. Tendo passado por diversas legendas do chamado Centrão, esse conglomerado de partidos fisiológicos que oferecem governabilidade a qualquer presidente desde a Constituinte de 1986, o ex-capitão, contudo, nunca tinha tido destaque. Como presidente, de posse de recursos que podem garantir a reeleição de parlamentares que aprovam emendas em seus redutos e se perpetuam em legislaturas como quase anônimos, Bolsonaro recorreu ao Centrão para que este lhe garantisse o apoio necessário frente aos riscos de abertura de um processo de *impeachment* que, se levado ao pé da letra, deveria ter sido aberto já em 2019, quando Rodrigo Maia (PSDB-RJ), então presidente da Câmara, recebeu diversos pedidos e não colocou nenhum em tramitação.

No processo de aproximação com o Centrão, Bolsonaro trabalhou pela eleição de Arthur Lira e Rodrigo Pacheco (PSD-MG), conseguindo eleger a ambos para a presidência da Câmara e do Senado, respectivamente. Em seguida, foi costurando acordos com esses parlamentares, que chefiavam conjuntos de deputados e senadores, que foram se alinhando com Bolsonaro, na medida em que as políticas do chamado toma-lá-da-cá foram se intensificando. Por fim, as emendas impositivas e o orçamento secreto, que permitem que emendas ao orçamento anual da União sejam acrescentadas de propostas para os redutos eleitorais sem que se saiba o proponente, o que dá margem à todo tipo de falcatrua, foram consolidando tal aliança, de modo que Bolsonaro, ao lado de

Ciro Nogueira (PP-PI), um outro chefe do Centrão, foi conduzido à posição de ministro chefe da Casa Civil.

Com a garantia desses acordos com o congresso e parte das principais lideranças políticas tradicionais, que projetou para alguns a expectativa de que Bolsonaro pudesse se normalizar como presidente, isto é, que deixasse de atuar como um agitador fascista, os mercados puderam atravessar esses anos turbulentos sem romperem definitivamente com o governo. Na verdade, setores como a agroindústria, que vem a ser um dos principais esteios da política bolsonarista, ganharam como nunca, posto que o real se desvalorizou frente ao dólar, compensando o recuo inicial do preço das commodities do início do governo (os preços se recuperaram com após a agressão da Rússia à Ucrânia e a retirada do mercado de parte de produtos fundamentais à economia europeia e mundial).

Todavia, o governo Bolsonaro não é um governo normal. Sua característica principal é a postura autoritária e extremista de direita, o que faz com que alguns chamem de populista, fascista ou neofascista e outras denominações. Esse fato, como dito no início, coloca seus adversários em posição de confusão ao lhe fazerem uma oposição permanente e renhida. Da parte dos seus apoiadores, a manutenção de cerca de 30% do eleitorado sob a égide do governante, com alto grau de adesão, grande capacidade de mobilização digital e nas ruas, é demonstração de que a extrema-direita bolsonarista têm traços importantes que podem ser identificados com o fascismo. Junte-se a isso, a permanente agressão às instituições da democracia liberal e à esquerda, e têm-se um quadro perigoso, que supõe que as principais questões do país não serão decididas apenas no terreno eleitoral.

Há cerca de um ano, a tática mais importante de Bolsonaro consiste em levantar suspeitas sobre o processo eleitoral. Arguindo pela necessidade de reinstaurar o voto impresso, que seria o único imune à fraude, o presidente, e setores das Forças Armadas, sob a liderança do ministro da Defesa Paulo Sérgio Nogueira, ex-comandante do Exército que foi antecedido por Braga Netto, que deve ser o vice de Bolsonaro, tem insistido que a manutenção do atual sistema de voto em urna eletrônica é sinalização de que haverá fraude na eleição para se oferecer a vitória à Lula.

Com variada e intensa estratégia diversionista, que dificulta os adversários e órgãos de vigilância de focarem nas questões principais, Bolsonaro tem dedicado especial atenção ao apontar os riscos de fraude eleitoral como forma de agitar a sua base de fanáticos e mantê-los fiéis aos seus propósitos. Talvez antevendo a derrota nas urnas, o candidato do PL pretende que seus apoiadores se mobilizem e façam no Brasil o que os apoiadores de Trump não conseguiram fazer nos Estados Unidos. Em Washington, após a vitória de Joe Biden, Donald Trump insistiu que teria havido fraude, pressionou por todos os meios as autoridades locais responsáveis pela contagem de votos e, no fim das contas, fustigou milhares de seguidores a invadirem o Capitólio em janeiro de 2021, quando o Congresso daquele país estava prestes a declarar a vitória de Joe Biden. O resultado da aventura golpista, assistida por milhões de pessoas pelo mundo, foram cinco mortos e dezenas de feridos.

No Brasil, em sua *live* semanal, feita no dia 07/07/2022, como vem fazendo reiteradas vezes, Bolsonaro citou os eventos do Capitólio, dizendo que seus apoiadores sabiam o que deviam fazer “antes das eleições”. Pelo histórico do ex-capitão, é óbvio que se trata de uma ameaça golpista e mais um dos acenos a apoiadores pelo método

conhecido como *dog whistle* (apito de cachorro), que consiste numa mensagem política dirigida de forma codificada para um grupo-alvo, que permanece ininteligível para a maioria das pessoas.

Está claro de que se trata de uma aposta no caos, no desejo de confronto, e isso é um dos traços característicos do protofascismo do seu modo de governar. Nessa altura, não está claro o que pode advir de tais ameaças. Considerando-se a intensificação da violência política, que motivou, em julho, o assassinato do petista Marcelo Arruda por um bolsonasista armado que invadiu sua festa de aniversário que tinha Lula como tema, o que fez acender os alertas das instituições, o provável é que novos episódios sejam registrados e mesmo que isso não configure em si as condições para um golpe, deve ser motivo de atenção dos partidos de esquerda, dos movimentos sociais e sindicatos.

Durante o governo Bolsonaro, mais de um milhão de armas foram registradas no Brasil. O ex-capitão, seus filhos e a maioria dos seus apoiadores, estimulam o armamento e não escondem que o objetivo de armar os “cidadãos de bem”, que antes diziam ser motivado pela violência cotidiana, agora não omite seu caráter político. Bolsonaro tem dito que “povo armado jamais será escravizado”, uma referência direta àquilo que dizem ser o risco de a esquerda chegar ao poder e implantar o comunismo. Ou seja, o certo é que os bolsonaristas estão se armando com objetivos políticos, enquanto as autoridades têm se mostrado incapazes de combater os riscos de explosão da violência que, de todo modo, assume claramente um caráter profascista, já que direcionado à todos aqueles que não sejam identificados como aliados do presidente.

Frente a tais riscos, os movimentos sociais permanecem recolhidos, embora algumas primeiras manifestações tenham começado a aparecer. Após o assassinato de Marcelo Arruda, por exemplo, o PT anunciou que vai oferecer aos seus militantes uma oficina de autoproteção (o título da oficina é “Cultura de Paz e Autoproteção Militante”). Apesar de importante, a iniciativa é insuficiente, já que parece ser preciso que os sindicatos, as centrais e os movimentos sociais como um todo, além dos partidos de esquerda, discutam seriamente a necessidade de mobilização e os termos da autodefesa como forma de impedir que as milícias que atuam sob a marca do fascismo assassinem mais militantes.

O fato, entretanto, é que a esquerda se mantém nas cordas, em que pese sua recomposição eleitoral desde a entrada de Lula na disputa. É que após um período de incipiente recuperação em 2019, quando houve movimentos como o Tsunami da Educação e diversos dias de luta que levaram milhares de pessoas às ruas de todo o Brasil, parte das vezes respondendo ao movimento da extrema-direita, em 2020 os movimentos refluíram em função da pandemia. Ainda assim, mesmo com a crise atravessada por movimentos como o MBL e o Vem pra Rua, que chegaram a romper com o governo, a extrema-direita bolsonarista, com franjas que alcançam grupos de integralistas e neonazistas, entre outros, continua atraindo contingentes suficientemente grandes para causar estragos e ameaçar a frágil e claudicante democracia liberal.

Da parte das Forças Armadas, paira uma infinidade de incertezas, posto que enquanto os generais bolsonaristas enquistados no governo se encontram em franco processo de fascistização, não se pode assegurar que os militares, no seu conjunto, venham a apostar no golpe e embarcar numa aventura dessa natureza liderados pelo ex-capitão.

Isso acontece porque as circunstâncias encontradas em 2022, diferentes daquelas existentes em 1964, quando havia apoio dos Estados Unidos e a burguesia associada atuou fortemente pela ruptura institucional, não se repetem agora. O governo de Joe Biden já dirigiu ao Brasil reiterados avisos de que acompanha com preocupação as eleições brasileiras e as ameaças que são feitas ao processo.

Na América Latina, mesmo com a incontornável crise que alcança governos que foram eleitos no rescaldo dos fracassos da onda conservadora e ultraneoliberal que atingiu o subcontinente, a tendência registrada de vitória da esquerda é um poderoso elemento incentivador das forças populares no Brasil, ao mesmo tempo em que aponta os riscos de total isolamento do país no caso de haver um golpe de Bolsonaro e seus militares.

No que tange ao empresariado, o fiel da balança nos golpes de 1964 e 2016, que confiou as chaves do cofre à Bolsonaro com a fiança de Paulo Guedes, apenas uma parte assume seus compromissos mais diretamente ideológicos com o bolsonarismo, o que significa que uma outra parte vem buscando alternativas em Lula ou apoiando discretamente o atual presidente em eventos que este faz pelo país, não significando que estejam dispostos a aderirem ao golpismo de modo irrestrito.

A questão que tem pesado na discreta ruptura de setores empresariais com Bolsonaro é que, sem poder entregar resultados positivos na economia de modo consistente, não bastam as contrarreformas trabalhista e previdenciária, que reduziram o custo do trabalho, para tornar o Brasil um país em que se possa seguir ganhando dinheiro sem riscos de convulsão. Nesse aspecto, Bolsonaro já demonstrou ser incapaz de tornar o ambiente seguro para os negócios, algo que o PT fez ao longo de mais de 10 anos, com poucas intercorrências.

Frente a esse estado de coisas, Bolsonaro vem demonstrado desespero diante de uma iminente derrota, o que lhe faz dirigir ainda mais ameaças às instituições, que lhe negam apoio, embora não sejam capazes de impedir que continue cometendo crimes. Bolsonaro, então, parece apostar nas milícias que atuam em forças policiais e associadas e elas e no armamento de apoiadores através das políticas de liberação de armas e munições voltadas para os Colecionadores, Atiradores Desportivos e Caçadores (CACs). Tais políticas permitiram o registro de mais de um milhão de armas no país desde 2019 e a proliferação de clubes de tiro, que hoje infestam as grandes e médias cidades brasileiras. Tal aposta pode não ser suficiente, pode não ser capaz de viabilizar o golpe e, principalmente, pode não proporcionar sustentação a uma ditadura, mas decerto que criará níveis de violência intensos, principalmente dirigidos contra as esquerdas e os setores oprimidos da sociedade, como mulheres, negros e negras, segmento LGBTQIA+s entre outros.

O golpe de Estado no Brasil é, portanto, arriscado para os golpistas e incerto quanto às chances de ter sucesso, mas parece que está crescendo a percepção de que, apesar de tudo, ele vai ser tentado. Diante dessa possibilidade, caberá às instituições e às forças populares e de esquerda preparar as condições para que os bolsonaristas sejam derrotados e para que os responsáveis pelo golpe sejam punidos, até porque o mais provável é que o bolsonarismo sobreviva a Bolsonaro e permaneça sendo uma ameaça ao país por muitos anos.

No vácuo criado pelas dificuldades de Bolsonaro no plano eleitoral, Lula e o PT voltam a trabalhar pela ampliação de alianças políticas, que vão de Alckmin ao MDB,

do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) ao PSOL, passando por partidos do Centrão deslocados pontualmente da base do bolsonarismo, muitos dos quais apoiam Bolsonaro no Congresso e o PT em seus estados, ou vice-versa. Inspirados nas parcialmente bem-sucedidas políticas de conciliação de classes da primeira década do século XXI, a campanha de Lula vai pavimentando o caminho para colher bons resultados eleitorais, sem que isso implique que se vencer o pleito, tenha a garantia de que irá assumir e se assumir, que possa governar em condições que não sejam de muita degradação e oposição intensa.

O resultado de tais movimentações, que projetam Lula e Bolsonaro, que atualmente reúnem cerca de 70% das intenções de votos declarados nas pesquisas, é ausência de espaços para alternativas à esquerda ou à direita que não estejam relacionadas aos principais candidatos. Criando um ambiente de polarização, mas não uma polarização de extremos, como parte da imprensa insiste em dizer, mas de uma polarização assimétrica, quando um lado do espectro político radicaliza suas posições, no caso, a direita, enquanto o outro modera, buscando acordos ao centro, como vem a ser o caso da esquerda petista e dos partidos seus aliados, as eleições brasileiras caminham para serem um decisivo choque entre a civilização e a barbárie, a democracia liberal e o fascismo, a possibilidade de seguir lutando pela vida e pela justiça social e a morte, representada pelo autoritarismo e a ditadura. Num quadro desses, a escolha não pode nunca ser dita como difícil.

Artigo encomendado pelo Comitê Editorial